



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo

Processo: 709.922
Relator: Auditor Hamilton Coelho
Natureza: Prestação de Contas do Município de Santa Rita do Sapucaí
Exercício: 2005
Responsável: Ronaldo de Azevedo Carvalho

PARECER

Excelentíssimo Senhor Relator,

1. Tratam os presentes autos de prestação de contas do exercício de 2005 apresentadas pelo Prefeito do Município acima mencionado, enviada a esta Corte de Contas por meio do sistema Informatizado disponibilizado pelo Tribunal de Contas, o SIACE/PCA (Sistema informatizado de Apoio ao Controle Externo/ Prestação de Contas Anual), nos termos da Instrução Normativa n. 05/2005.
2. Os dados foram analisados pela unidade técnica (fls. 08/26). Citado (fls. 33), o gestor municipal permaneceu silente (fls. 35).
3. Vieram os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação conclusiva, nos termos do art. 32, inciso IX, da Lei Complementar n. 102, de 17 de janeiro de 2008¹, e art. 61, inciso IX, 'a', do Regimento Interno do TCE (Resolução n.12, de 19 de dezembro de 2008)².
4. É o relatório, no essencial.
5. Inicialmente, verifica-se a existência do **processo administrativo n. 718.171**, oriundo de inspeção ordinária realizada no Município em questão com o intuito de verificar os atos praticados pelo gestor público no exercício em análise, inclusive os referentes à aplicação de recursos na educação e saúde.

¹ Art. 32: Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal, em sua missão de guarda da Lei e fiscal de sua execução, além de outras atribuições estabelecidas no Regimento Interno: [...]

IX – manifestar-se de forma conclusiva, quando couber, nos processos sujeitos a sua apreciação.

²Art. 61: Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução: [...]

IX - manifestar-se, de forma conclusiva, mediante parecer escrito, nos seguintes processos:

a) contas anuais do Governador;
b) tomadas ou prestações de contas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo

6. Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa n. 02/2009 desta Corte, os fatos apurados *in loco* constituem elementos materiais hábeis a instrumentalizar o julgamento desta prestação de contas, motivo pelo qual devem ser levados em conta nesta manifestação.

7. Prosseguindo, verifica-se que ao gestor foi conferida a garantia do devido processo legal e seus consectários da ampla defesa e do contraditório nestes autos e naqueles referentes ao **processo administrativo n. 718.171**. No ponto, vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal possui entendimento no sentido de que o princípio do devido processo legal deve ser observado pelo Tribunal de Contas, mesmo em caso de elaboração de parecer prévio, desvestido de caráter deliberativo (SS 1197/PE, Rel. Min. Celso de Mello).

8. Não obstante relativa ao exercício de 2005, a presente prestação de contas submete-se ao escopo estabelecido pelo Tribunal de Contas por meio da Ordem de Serviço n. 07, de 01 de março de 2010, editada com o objetivo de otimizar o processamento de prestações de contas municipais³.

9. No tocante aos índices constitucionais relativos à educação e saúde, os quais deverão ser apreciados especialmente nos presentes autos, apurou-se que, no exercício em análise, o Município observou o disposto no art. 212 da Constituição de 1988, **descumprindo, todavia, o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**.

10. Os dados informados no SIACE indicam aplicação de 26,04% da receita base de cálculo na manutenção e desenvolvimento do ensino e 17,98% da receita base de cálculo nas ações e serviços públicos de saúde (fls. 11/12).

11. Contudo, os resultados do processo administrativo n. 718.171 indicam a aplicação em índices inferiores: **25,29%** da receita base de cálculo na manutenção e desenvolvimento do ensino e **13,68%** da receita base de cálculo nas ações e serviços públicos de saúde (fls. 09 e 13).

3 "Fixa os procedimentos internos a serem adotados no exame das prestações de contas anuais apresentadas pelos Chefes do Poder Executivo Municipal dos **exercícios de 2000 a 2009**"[.].

Art.1º- A análise técnica e o reexame dos processos de prestação de contas apresentadas pelos Chefes dos Poderes Executivos Municipais, referentes aos exercícios de 2009 e anteriores, deverão observar, para fins de emissão de parecer prévio o seguinte escopo:

I – o cumprimento dos índices constitucionais relativos às Ações e Serviços Públicos de Saúde e à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, excluindo os índices legais referentes ao FUNDEF/FUNDEB;

II – o cumprimento de limite de despesas com pessoal, fixado nos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III – o cumprimento do limite definido no art. 29- A da Constituição da República referente ao repasse de recursos ao Poder Legislativo Municipal;

IV – a abertura de créditos orçamentários e adicionais em desacordo com o disposto no art.167, inc. V, da Constituição da República e nos artigos 42, 43 e 59 da Lei Federal n. 4.320/64.[...]



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo

12. Segundo o relatório da unidade técnica nos autos do processo administrativo, a redução do índice decorreu de dois fatores: (a) o valor registrado no Anexo XV do SIACE/PCA/2005, relativo aos gastos com ações e serviços públicos de saúde, R\$ 3.581.874,31, não confere com o valor total de R\$ 2.731.612,06, extraído da documentação/demonstrativos apresentados para inspeção; (b) foram excluídas dos valores apresentados pelo ente municipal no SIACE despesas computadas indevidamente com ações e serviços públicos de saúde e restos a pagar não processados, no montante total de R\$ 44.680,18 (fls. 12/13).

13. O gestor não apresentou defesa no aludido processo administrativo (fls. 773 – PA 718.171). Na presente prestação de contas, embora citado especificamente quanto ao descumprimento do índice constitucional da saúde, tendo em vista o disposto na Decisão Normativa n. 02/2009 (fls. 29/30), o gestor ficou-se inerte (fls. 35).

14. Dado esse panorama, devem prevalecer os valores apurados *in loco* pela equipe de inspeção em detrimento daqueles registrados no SIACE. Assim, tem-se que o Município de Santa Rita do Sapucaí aplicou R\$ 2.686.931,88 nas ações e serviços públicos de saúde, **o que representa apenas 13,68% da receita base de cálculo para o exercício.**

15. Verifica-se, portanto, que o índice constitucional mínimo relativo à saúde não foi observado, em descumprimento ao art. 77 do ADCT da Constituição da República.

16. Ressalte-se que qualquer outro ponto da execução orçamentária, financeira e patrimonial poderá ensejar outras ações de controle deste Tribunal.

17. Ante o exposto, com fulcro nos dados lançados no sistema informatizado SIACE pelo próprio agente responsável e na análise feita pelo órgão técnico deste Tribunal, **OPINA o Ministério Público de Contas:**

- a) **pela emissão de parecer prévio pela rejeição das contas municipais**, nos termos do art. 45, inciso III, da Lei Orgânica do TCE/MG;
- b) pelo desapensamento dos presentes autos de prestação de contas daqueles que se encontram a ela apensados (autos n. 718.171), para fins de emissão do parecer prévio no caso em tela no prazo estabelecido pela Ordem de Serviço n. 11, de 3 de agosto de 2011.

18. **Recomenda-se** à Câmara Legislativa, quando do julgamento das presentes contas, que assegure ao Prefeito Municipal a prerrogativa da plenitude de defesa e contraditório, em observância ao comando normativo disposto no art. 5º, inciso LV



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo

da CF/88, conforme entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal no RE 682.011/SP.

19. É o parecer.

Belo Horizonte, 1º de outubro de 2012.

Cristina Andrade Melo
Procuradora do Ministério Público de Contas